



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MARCOS POLLON

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO DE VOTO DE REPÚDIO Nº , DE 2023

(Do Sr. Marcos Pollon)

Requer a aprovação de Voto de Repúdio à
à fala do presidente Lula que celebra a
aprovação de um ministro comunista para
o STF.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 117, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados

– RICD, requeiro a aprovação de Voto de Repúdio à fala do presidente Lula que celebra a
aprovação de um ministro que seja comunista para o Supremo Tribunal Federal.

JUSTIFICATIVA

Recentemente veiculou nos meios de comunicação uma fala do Presidente da República em que ele comemora a aprovação de um “ministro comunista no STF”, a presente manifestação de repúdio proposto sedimenta sua razão nas preocupações pertinentes à atuação de um Ministro da Suprema Corte em relação à temática desta comissão e à necessidade imperativa de manutenção da imparcialidade no exercício da magistratura.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado desempenha um papel crucial na formulação de políticas e no acompanhamento de ações voltadas para o fortalecimento da segurança pública e o combate efetivo ao crime organizado no país. Nesse contexto, é essencial que a atuação de autoridades do sistema judiciário esteja alinhada com os princípios e objetivos desta comissão, contribuindo para a preservação da ordem e da justiça.

O voto de repúdio proposto fundamenta-se na constatação de declarações públicas e decisões judiciais que evidenciam um possível desvio de conduta de um Ministro da Suprema Corte em relação a assuntos diretamente relacionados à segurança pública e ao combate ao crime organizado. Tais posicionamentos podem comprometer a eficácia das ações desta comissão,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MARCOS POLLON

interferindo na capacidade do Legislativo de exercer seu papel fiscalizador e legislativo de forma adequada.

Um dos pilares fundamentais do sistema judicial é a imparcialidade. Juízes e ministros da Suprema Corte devem pautar suas decisões estritamente com base na legalidade, sem permitir que posicionamentos políticos ou ideológicos influenciem seus julgamentos. A independência do Poder Judiciário exige que os magistrados atuem com total isenção, respeitando os princípios democráticos e garantindo a confiança da sociedade nas instituições.

O voto de repúdio proposto não busca questionar a autonomia do Poder Judiciário, mas sim zelar pela sua integridade e pela confiança da população nas instituições. A atuação de um Ministro da Suprema Corte deve estar alinhada aos princípios constitucionais e ao respeito pela separação dos poderes, garantindo que o Judiciário cumpra seu papel sem ferir a ordem democrática.

Diante do exposto, a aprovação deste voto de repúdio se faz necessária para reafirmar o compromisso desta comissão com a segurança pública e o combate ao crime organizado, assegurando que a atuação do Poder Judiciário contribua para o fortalecimento do Estado de Direito e para a preservação dos valores democráticos em nosso país.

Sala das comissões, em 18 de dezembro de 2023.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 18/12/2023 09:06:07.093 - CSPCCO

REQ n.487/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231892800400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon



CD231892800400
ExEdit